

Autonomia de Brasília entra hoje em votação

A autonomia política do Distrito Federal entra, provavelmente, hoje na pauta de votação da Comissão de Sistematização da Constituição. Na sessão, começará a ser votado o Título III do segundo substitutivo da nova Constituição, e no seu Capítulo V, Seção I, no artigo 38 estão previstas as eleições diretas para governador do Distrito Federal.

A bancada do DF no Congresso Nacional vem negociando, junto aos 93 membros da comissão, a aprovação do artigo. Os parlamentares, como o deputado Sigmaringa Seixas (PMDB/DF), o deputado Francisco Carneiro (PMDB/DF) e o senador Meira Filho (PMDB/DF) revelaram ontem que há fortes resistências à autonomia do DF, mas que lutarão por ela dentro da comissão. "Em última instância, ainda haverá a tentativa do plenário", frisou Carneiro.

Apoio

Entretanto, a bancada recebeu *significativo apoio de membros da Comissão de Sistematização*. De acordo com a lista de controle dos 8.374 mil destaques, 12 membros da comissão pediram destaque para a autonomia do DF e outros assuntos do Distrito Federal. Consultados ontem, estes parlamentares afirmaram que apoiam as diretas para governador do DF, com exceção do deputado Gastoni Righi (PTB/SP) e Euclides Scalco (PMDB/PR).

Os membros da Comissão de Sistematização que afirmaram que apoiam a autonomia são: os deputados — José Richa (PMDB/

PR), Sigmaringa Seixas (PMDB/DF), Virgildásio de Senna (PMDB/BA), Arnaldo Prieto (PFL/RS), Haroldo Lima (PC do B/BA), Délio Braz (PMDB/GO), Paes Landim (PFL/PI), Victor Faccioni (PDS/RS), Ottomar Pinto (PTB/RR) e Aldo Arantes (PC do B/GO).

Estes 10 deputados disseram que defendem a autonomia para o Distrito federal por uma questão de justiça e por compromissos anteriormente assumidos com a bancada do DF. Os deputados do PC do B, Haroldo Lima e Aldo Arantes, além de defenderem a autonomia, reivindicam a criação do Estado de Brasília, deixando que as cidades-satélites elejam seus prefeitos.

Na opinião do deputado Gastone Righi, do PTB paulista, "o DF não é Estado, é sede de Governo". Sua maior resistência à autonomia se reside no fato de que Brasília não tem recursos financeiros para se auto-sustentar, "o que traria uma situação caótica para o orçamento da União". O deputado defende, em vez de eleições para governador, pleito para prefeitos das satélites, o que também é defendido pelo deputado Euclides Scalco, incluindo o Plano Piloto.

A reivindicação destes dois deputados se aproxima das idéias do presidente José Sarney, que defende que as cidades satélites devem ter direito a eleger seus prefeitos, e que o governador continue a ser indicado pelo Presidente da República.

Criticado mandato de 6 anos

"É um absurdo que o mandato previsto para governador do Distrito Federal seja de seis anos". A declaração do deputado Jesus Tajra (PMDB/PI) causou, ontem, constrangimento aos membros da bancada do DF, no Congresso Nacional. A maioria dos parlamentares ainda não tinha observado que, de acordo com o segundo substitutivo da Constituição, o mandato do governador do DF seria de seis anos.

Isso porque, explicou o deputado Jesus Tajra, segundo o substitutivo, o mandante do governador do DF terá período igual ao do presidente da República, que no texto está fixado em seis anos. O constrangimento só não foi maior entre os parlamentares do DF, porque o senador Pompeu de Souza (PMDB) informou que já tinha apresentado destaque ao substitutivo esclarecendo a questão.

De acordo com o destaque pedido pelo senador, a eleição para governador do DF seria desvinculada do pleito para presidente da República. A eleição do governador se daria no dia 15 de novembro do próximo ano e acabaria em 1990, por ocasião das eleições gerais para governador e deputados estaduais. O mandato tampão seria de dois anos e, a partir de 1990, o governador do DF teria mandato de quatro anos.

A reação da maioria dos parlamentares, ao saber do mandato de seis anos, entretanto, foi de incredulidade. "Tem certeza?", "questionou a deputada Maria Abadia (PFL). "Está escrito mesmo?", perguntou o deputado Geraldo Campos (PMDB), "não tinha observado este detalhe", afirmou o deputado Francisco Carneiro. "Se está no substitutivo eu aceito os seis anos", disse o senador Meira Filho (PMDB).

Esclarecida a dúvida, os parlamentares não pouparam críticas ao mandato de seis anos, com exceção do senador Meira Filho (PMDB). "Seis anos é demais, a tradição exige que o mandato seja de quatro anos", frisou o deputado Valmir Campello.

"Não aceito nem o mandato tampão de dois anos, nem o de seis anos para governador", disse o senador Maurício Corrêa, no que foi acompanhado pelos colegas de bancada.

A razão da confusão e da desatenção ao detalhe, segundo os parlamentares, é o fato de que, como as eleições para governador está atrelada ao de presidente da República, o que mais lhes chamou a atenção foi a necessidade de se desvincular um pleito do outro. Além do que, disseram, o mandato do Presidente ainda não está, realmente, definido.